

A afirmação, feita no mesmo dia — ontem — por Delfim Neto e pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, é uma dura resposta aos empresários, que vêem nos juros um entrave ao crescimento econômico: o governo não pode forçar a queda das taxas por causa da política do balanço de pagamentos. Apesar dos juros, economistas com experiência de governo apostam em um ano melhor: o ex-ministro Simonsen prevê um crescimento de 5% para o PIB e o secretário Afonso Pastore fala em queda da inflação.



Delfim Neto



Carlos Langoni



Albano Franco



Afonso Pastore



Mário Simonsen



José Lopes de Oliveira



Daniel Ludwig

O governo avisa: aqui os juros não baixam.

Quem está apostando (e pressionando a favor, como os industriais) em queda a curto prazo das altas taxas dos juros internos tem poucas, muito poucas probabilidades de ganhar. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, ouviu ontem do ministro Delfim Neto que "é muito difícil aos condutores da política econômico-financeira prometerem, de imediato, uma baixa nas taxas". Isso porque a política de balanço de pagamentos ficaria inviabilizada, pois exige que as empresas tomem empréstimos externos e a fórmula encontrada para obrigá-las a isso é a manutenção dos custos dos empréstimos internos em nível mais elevado do que os externos. Assim, disse Delfim, só com uma queda nas taxas internacionais é que os juros internos poderão baixar.

Em Porto Alegre, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, praticamente confirmou as palavras de Delfim Neto, ao assegurar que não haverá qualquer intervenção do governo para reduzir o atual custo interno dos juros. Como que reforçando os argumentos do ministro do Planejamento, Langoni disse também que "não há como alterar o imposto sobre operações financeiras (IOF), a curto prazo", pois este é um dos instrumentos para obrigar as empresas a tomarem empréstimos fora do País.

O presidente do Banco Central, no entanto, mostrou-se um pouco otimista quanto a uma queda natural nas taxas de juros em consequência da esperada queda da inflação. Além disso, ele apontou como um fator positivo para a queda dos juros a decisão das autoridades monetárias de utilizar menos os mercados abertos como instrumento de controle dos meios de pagamento (moeda em poder do público e depósitos à vista no Banco do Brasil e bancos comerciais).

Albano Franco reage

O presidente da Confederação Nacional da Indústria foi a Brasília justamente para, entre outras reivindicações, pedir a atuação do governo para forçar a queda nas taxas de juros internos. Ele acredita que a resposta do ministro Delfim Neto significa que o setor industrial não será reativado, este ano, como afirma o governo. Langoni, garantiu, no entanto, em Porto Alegre, que essa reativação ocorrerá.

Albano Franco apresentou, po-

rém, argumentos para explicar sua previsão: "Com as taxas de juros hoje praticadas no mercado, dificilmente teremos novos investimentos e, consequentemente, teremos a ausência de novos empregos. As taxas atuais de juros tornam dramática a situação do empresariado brasileiro. Apenas alguns se-

tores industriais, como o de construção civil (que terá investimentos de Cr\$ 1 trilhão este ano), de couro e calçados e de alimentação, poderão apresentar taxas de crescimento razoáveis. Para os demais, já será muito bom que apresentem algum crescimento positivo".

Mas ele não desiste e, além de

ter levado as reivindicações ao presidente Figueiredo (revisão da política salarial, redução dos juros, reformulação da estrutura do sistema da Previdência Social e regulamentação das transferências financeiras para o Sesi/Senai), comunicou ao ministro Delfim Neto que em 30 dias a CNI enviará à

Seplan algumas propostas atualmente em estudos, para reduzir as taxas de juros sem danos à política de atração de recursos externos para o equilíbrio da balança comercial.

A CNI também está preparando sugestões para capitalizar mais a indústria nacional, reivindicação

que sensibilizou o ministro levando-o a prometer estudar as sugestões com carinho, segundo Franco. Essas propostas começaram a ser preparadas ontem mesmo, no Rio, por uma comissão formada pelo vice-presidente da CNI, Paulo Velho, o ex-ministro da Fazenda, Octávio Gouvêa de Bulhões, e o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos.

Albano Franco mostrou também a Delfim e a Figueiredo que a CNI vem sendo cada vez mais pressionada para exigir do governo mudanças na lei salarial e prometeu entregar até o final de janeiro um estudo com sugestões. Os principais pontos contestados são o reajuste de 10% acima do INPC; o próprio índice nacional, que os empresários querem regional; e a livre negociação apenas para os que ganham a partir de 20 salários mínimos.

As previsões de Langoni

Em Porto Alegre, onde foi receber a Medalha Mauá, do governo gaúcho, o presidente do Banco Central não quis fazer previsões sobre o crescimento da economia este ano. Mas garantiu que ela será reativada, principalmente a indústria; previu que a balança comercial terá superávit de 3 bilhões de dólares e que os empréstimos externos chegarão a 12 bilhões de dólares.

Explicou que o déficit de conta corrente previsto é de 10,1 bilhões de dólares e que serão necessários 13,6 bilhões de empréstimos que, com os ganhos de reserva, se elevariam a 14 bilhões. Há, no entanto, 2 bilhões de dólares captados em 81 que serão repassados este ano, o que reduz para 12 bilhões o valor real dos empréstimos. Langoni disse também que o crédito agrícola será mantido nos níveis atuais e que a concessão de cartas patentes para abertura de novos bancos continuará suspensa.

E quanto a uma eventual ajuda que poderiam os ministros da área econômica dar ao PDS nas eleições deste ano, Langoni respondeu que, "sem dúvida, a melhor contribuição é nós chegarmos em novembro com uma perspectiva clara da queda da inflação e com uma melhoria substancial das contas externas. E acreditamos que existem todas as condições para que 3 estes fatos estejam acompanhados de um ritmo de crescimento em um nível maior", concluiu, otimista.